

GEOHÍDRICA – *GEOHÍDRICA* é uma Revista semestral da Faculdade de Tecnologia de Jacareí – FATEC Jacareí. Em formato eletrônico, publica artigos científicos originais e de revisão em diversas áreas: Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Geoprocessamento e áreas correlatas. Nos artigos científicos, diversos são os temas e assuntos abordados: Biologia e Ecologia, Geociências, Qualidade da Água, Geoinformação, Sensoriamento Remoto. Os artigos submetidos terão análise e aprovação de seu corpo editorial e técnico, sendo após o aceite, publicados objetivando contribuir para divulgação científica e tecnológica.

GEOHÍDRICA, v.1, n.1 (2017) p. 01-16.

ISSN Eletrônico: XXXX-XXXX

Centro Paula Souza – FATEC Jacareí

Av. Faria Lima, 155 – Jd. Santa Maria

Jacareí, SP CEP 12.328-150

www.fatecjacarei.com.br

Jacareí

Junho/2025

Histórias de vida de professoras universitárias negras

Camile da Silva Marinho

Faculdade de Tecnologia de Jacareí – FATEC Jacareí. Av. Faria Lima, Jd. Santa Maria – Jacareí – SP, 12.328-150. (camile.marinho@fatec.sp.gov.br)

Resumo: O racismo estrutural é um problema complexo histórico do Brasil. O objetivo deste projeto é investigar e explorar como incide e impacta sobre as mulheres negras, em particular aquelas que escolheram a carreira acadêmica como profissão. Para isso, foram analisadas biografias de personalidades femininas negras de destaque na ciência e pesquisa no Brasil. A coleta de dados se deu por entrevistas em vídeo de natureza qualitativa, que permite uma interpretação aprofundada. Foi utilizado o método de codificação temática (aberta e fechada) para analisar e interpretar os resultados. Este estudo revela que mulheres negras na academia enfrentam barreiras complexas de racismo estrutural e velado, apesar dos avanços das políticas afirmativas. Suas trajetórias, marcadas por lutas e o apoio familiar, evidenciam a necessidade de mais efetivação de políticas para transformar vidas e inspirar as novas gerações, reafirmando a força e capacidade dessas profissionais.

Palavras-chave: Racismo estrutural, Educação, Sociedade, Preconceito, Gênero

Abstract: Structural racism is a complex, historical problem in Brazil. The objective of this project is to investigate and explore how it affects and impacts Black women, particularly those who have chosen an academic career as their profession. To achieve this, biographies of prominent Black female figures in science and research in Brazil were analyzed. Data collection involved qualitative video interviews, which allowed for in-depth interpretation. The thematic coding method (open and closed) was used to analyze and interpret the results. This study reveals that Black women in academia face complex barriers of structural and veiled racism, despite advancements in affirmative action policies. Their trajectories, marked by struggles and family support, highlight the need for more effective policy implementation to transform lives and inspire new generations, reaffirming the strength and capability of these professionals.

Keywords: Structural racism. Education. Society. Prejudice. Gender

1. Introdução

Ao longo da história do Brasil, a população afrodescendente, também denominada afro-brasileira, identificada por seus traços físicos e sua ascendência africana, particularmente de indivíduos escravizados, provenientes de contextos de pobreza e miséria, enfrenta maiores desafios para alcançar destaque e reconhecimento na sociedade.

O racismo estrutural configura-se como um problema histórico e complexo no Brasil, enraizado nas desigualdades sociais e nas discriminações que perpetuam a exclusão de determinados grupos étnico-raciais, principalmente sobre a população negra que foi trazida ao país para ser escravizada e durante um longo período sofreu e ainda sofre vivendo às margens da sociedade.

O processo de abolição tardio deixou marcas profundas na estrutura social e econômica do país, cujos reflexos são percebidos até hoje. Atualmente, observa-se que a população negra e parda continua a enfrentar desigualdades significativas, apresentando menor poder aquisitivo e uma sub-representação em universidades, cargos de confiança, posições políticas e no mercado de trabalho em geral e, quando mulher, a situação se torna ainda mais crítica. Além disso, são constantemente desafiadas a comprovarem sua competência e inteligência para ocupar espaços na sociedade, nos espaços políticos e no mercado de trabalho.

O objetivo deste projeto foi compreender os principais desafios enfrentados por mulheres negras na carreira acadêmica no Brasil. Para isso, foram analisadas biografias de personalidades femininas negras de destaque na ciência e pesquisa no Brasil. Por meio do relato de suas experiências profissionais, o estudo visou compreender os impactos do racismo estrutural sobre esta população e verificar que políticas públicas existem ou podem ser propostas para o enfrentamento do problema.

1.1. Objetivos

O objetivo geral é compreender os principais desafios enfrentados por mulheres negras na carreira acadêmica no Brasil.

Os objetivos específicos são:

1. Descrever e compreender o racismo estrutural a partir de uma perspectiva teórica e histórica, particularmente suas consequências sobre as mulheres negras;
2. Compreender as interseccionalidades entre o racismo estrutural e a educação;
3. Identificar as políticas públicas antirracistas em vigor no país, com ênfase àquelas voltadas à educação;
4. Discutir os atravessamentos entre gênero e racismo e os desafios para sua superação.

1.2. Justificativa

Pesquisas sobre mulheres negras beneficiam não apenas este público diretamente, como também contribuem para uma sociedade mais equitativa e inclusiva como um todo, uma vez que ajudam a dar visibilidade a suas experiências, vozes e contribuições, que muitas vezes são ignoradas ou sub-representadas em estudos gerais. Isso fortalece a representatividade e desafia a visão limitada que muitas vezes ainda prevalece em determinados setores da sociedade (Gonzalez, 2020).

A pesquisa se justifica uma vez que mulheres negras enfrentam desafios interseccionais, como o racismo e o sexismo (Carneiro, 2003), que podem afetar suas oportunidades e experiências em várias esferas da vida, incluindo a educação, o mercado de trabalho e a saúde (Brito, 2016). Pesquisas como a proposta por este projeto ajudam a entender essas interseccionalidades e a criar soluções mais adequadas e inclusivas.

Em um espectro mais amplo, a inclusão da perspectiva de mulheres negras enriquece o conhecimento produzido nas academias, desafiando paradigmas e abrindo novas áreas de estudo, o que é essencial para a evolução do pensamento crítico e para a construção de uma sociedade mais justa. Neste sentido, vale lembrar que a pesquisa acadêmica também tem o poder de desconstruir estereótipos e preconceitos que cercam grupos vulnerabilizados, ajudando a combater a discriminação e a promover uma compreensão mais rica e complexa de suas identidades e vivências (Silva, 2015).

2. Revisão Bibliográfica

2.1. Racismo estrutural

De acordo com a pesquisadora e ativista Djamila Ribeiro (2019), desde a infância são narradas histórias para as pessoas, que ilustram a escravidão e o tratamento desumano, de como os negros foram tratados ao longo dos anos. Contudo a própria autora, relata que são histórias contadas por pessoas brancas, desconhecidas e desinformadas do que realmente aconteceu e a forma como ocorreu.

O antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga chama a atenção para o fato de que no Brasil ninguém se considera racista, que

“racistas são os outros” e que tal fato seria resultado da crença no mito da democracia racial (Milena, 2019). Um exemplo disso é uma pesquisa mencionada por Ribeiro (2019) que revelou que 89% dos brasileiros reconheceram a existência de preconceito de cor no país, mas 90% se consideravam não racistas.

Como discute Djamila Ribeiro (2019), o Brasil é o país que possui a maior população negra fora da África e por isso a ausência de pessoas negras fora de espaços de poder chama a atenção. Para superação desta situação, diversas ações são necessárias. Entre delas, segundo a autora, para além de se entender como privilegiada, a população branca deve ter atitudes antirracistas:

Não se trata de se sentir culpado por ser branco: a questão é se responsabilizar. Diferente da culpa, que leva à inércia, a responsabilidade leva à ação. Dessa forma, se o primeiro passo é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, o segundo é criar espaços, sobretudo em lugares que pessoas negras não costumam acessar (Ribeiro, 2019, p. 17).

Ainda segundo a autora, trabalhar a educação das crianças sobre a valorização da sua cor é um grande começo, porque criança não tem preconceito, ela sabe que o amiguinho tem características diferentes da sua e na maior parte questiona os pais, mas ensinar que a sua cor, o seu cabelo, o seu corpo tem outro fenótipo já é uma semente, pois assim terão uma compreensão melhor do ser humano e se sentirão iguais, independentemente de cor ou aparência.

O preconceito estrutural é uma realidade presente no dia a dia, que na maior parte se torna invisível, porque já se tornou hábito. Dificilmente se vê negros e negras em lugares de grande importância, como executivos, diretores de empresa, médicos, engenheiros, na área acadêmica. Isso significa que o negro está em outras partes, como na cozinha, na limpeza, na portaria e apenas uma pequena minoria alcança fama como jogadores de futebol, ou sendo “digital influencers”. Segundo Djamila:

(...) fala-se muito em empatia, em colocar-se no lugar do outro, mas empatia é uma construção intelectual, ética e política. Ao amar alguém de um grupo minorizado, deve-se entender a condição do outro, para que se possa, de fato, assumir ações para o combate de opressões das quais a pessoa amada é vítima. É uma postura ética: questionar as próprias ações ao

invés de utilizar a pessoa amada como escudo. A escuta, portanto, é fundamental (Ribeiro, 2019, p. 40).

Infelizmente o jeito de vestir, falar ou se comportar ainda são objetos de julgamento social, como se isso definisse a pessoa. No caso de pessoas negras o julgamento é pior ainda, são mais agressivos, estereotipados como: bandidos, usuários de drogas, moradores de rua. Estes preconceitos são memorizados desde a infância e tais concepções se tornam banais, passam despercebidas.

Segundo Djamila Ribeiro (2019), pessoas brancas devem se responsabilizar criticamente pelo sistema de opressão que as privilegia historicamente, produzindo desigualdades, e pessoas negras podem se conscientizar dos processos históricos para não os reproduzir.

Esta seção procurou discutir como a população negra sofreu e vem sofrendo no decorrer dos anos. Muita coisa ainda tem que ser mudada para superação do racismo estrutural. Apontar o problema é o primeiro passo, mas é necessário ir além: é fundamental lutar por direitos e maior equidade de raça e de gênero.

2.2. Educação antirracista

O sistema educacional no Brasil sempre apresentou adversidades, apesar de seguir, em muitos aspectos, o modelo internacional, inspirado principalmente em países europeus. No entanto, diversas áreas do ensino ainda carecem de reformas estruturais para atender às necessidades da população. A infraestrutura educacional, por exemplo, revela-se um dos maiores desafios, sendo um verdadeiro divisor de águas entre as diferentes regiões e Estados do país. As desigualdades socioeconômicas, somadas às particularidades culturais e históricas do Brasil, resultam em um sistema marcado por disparidades. A falta de recursos, especialmente nas regiões mais vulneráveis, e as adversidades decorrentes do contexto histórico do povo brasileiro intensificam essas desigualdades, exigindo ações concretas para promover um acesso mais equitativo e de qualidade à educação.

Se não for antirracista, a Educação pode ser reprodutora do racismo. Segundo a educadora Petronilha Gonçalves e Silva:

Ao longo de nossa história, a fim de garantir privilégios para alguns grupos sociais, criaram-se estratégias, por meio de processos educativos escolares, no sentido de formar crianças

e jovens de famílias empobrecidas, notadamente negros, indígenas, ciganos, no sentido de passividade, de assimilação de interesses, valores, projetos, na maior parte dos casos, nocivos a seu próprio grupo social. Para tanto, bem sublinha Chomsky (2017), a educação nos estabelecimentos de ensino, inclusive nos universitários, se tem reduzido a habilidades mecânicas e não críticas, desqualificando-se a criatividade, a independência de estudo e de formação do pensamento, não só entre os estudantes, também entre seus professores (Silva, 2019, p. 15).

Segundo Petronilha (2019), o Conselho Nacional de Educação tem formulado orientações e determinações para que tão importante política de reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial e cultural da sociedade brasileira, nos termos das Leis acima referidas, seja efetivamente implantada, acompanhada e avaliada. Assim, em 2004, aprovou o Parecer CNE/CP 3/2004 e a respectiva Resolução CNE/CP 1/2004, que estabelecem Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. As referidas normas do Conselho Nacional de Educação, no sentido de ser fundamental deslocar o entendimento de que o centro do mundo seja a Europa. Dizendo de outra maneira, não se trata, é claro, de negar as contribuições da Europa para a humanidade, mas de reconhecer a contribuição dos explorados do Sul, na particularidade de suas histórias e culturas próprias.

É possível observar uma distinção nítida entre os diferentes grupos sociais no ambiente escolar, especialmente em relação à presença de estudantes negros. Embora existam esforços para garantir o acesso à educação para todos, como a implementação de políticas e leis específicas para cotas e ações afirmativas, a realidade ainda demonstra desafios significativos. Embora haja avanços e a inclusão educacional esteja no processo de transformação, muitas crianças negras ainda não usufruem plenamente desse direito, evidenciando a necessidade de maior efetividade nas políticas de inclusão e combate às desigualdades.

A educação evoluiu ao decorrer dos anos, porém existem muitos desafios a distinção de grupos sociais e étnico-raciais está presente no dia a dia. A qualidade da educação no geral caminha a passos lentos, e longe de atingir o maior número de profissionais e de estudantes, portanto políticas públicas com a visão voltada para população podem ser utilizadas para que assim todos tenham o mesmo nível, atingindo a equidade e qualificação de profissionais.

2.3. Interseções entre gênero e raça

A mulher ao decorrer da história já sofre por si só abusos, sejam eles sexuais, morais e éticos. Carregar um fardo que é tão pesado ao longo dos anos compõe a visão machista que comumente passa despercebida, mas ser mulher e negra no Brasil e no mundo é ainda mais difícil.

Sueli Carneiro, educadora e ativista pelos direitos das mulheres negras, comenta que ao longo do século XX a ideia de que a mulher negra serve somente para o sexo continuou em alta. Segundo a autora:

Para as mulheres negras consideradas como destituídas de atrativos reserva-se a condição de "burro de carga como se entrevê no dito popular: "Preta pra trabalhar, branca para casar e mulata pra fornicar". Essa é a definição de gênero/raça, instituída por nossa tradição cultural, patriarcal e colonial para as mulheres brasileiras; além de estigmatizar as mulheres em geral, ao hierarquizar-las do ponto de vista do ideal patriarcal de mulher, introduz contradições no interior do grupo feminino (Carneiro, 2003, p. 169).

A banalidade construída ao transcorrer no período no Brasil das pessoas escravizadas na figura da mulher negra era tratada como aquela que tinha que servir aos senhores, seja ele na cama, na cozinha, na satisfação dos seus prazeres. Segundo Sueli Carneiro (2003) é notável ressaltar os alicerces que mantiveram as realidades de mães afrodescendentes excluídas, dirigindo a atenção no envolvimento pessoal da mulher escravizada que realiza responsabilidades de cuidadora e lactante.

Como efeito gradativo sobre seus aspectos emocionais, a mulher negra sofreu tantas perdas que estabeleceu uma situação de exílio; em contrapartida, a mulher branca ganha destaque se tornando objeto de desejo pelos homens, indiferentes de cor ou raça. A conscientização do valor da mulher negra desperta e se inicia um novo trajeto, pequenos passos construídos dentro da sociedade para começar na luta por sua independência. Para Sueli Carneiro:

O ser mulher negra na sociedade brasileira se traduz na tríplice militância contra os processos de exclusão decorrentes da condição de raça, sexo e classe. Isto é, por força das contradições que o ser mulher negra encerra, recai sobre ela a responsabilidade de carregar politicamente bandeiras históricas e consensuais do movimento negro e do movimento de mulheres e somar-se ainda aos demais movimentos sociais voltados para a construção de outro tipo de sociedade,

baseada nos valores da igualdade, solidariedade, respeito à diversidade e justiça social (Carneiro, 2003, p. 181).

Por conseguinte, batalhas vêm sendo travadas, não somente pelas questões de raça e gênero, mas para ação política feminista e antirracista no Brasil. Segundo Carneiro (2003) a mudança atual de mulheres negras, traz para cena política um paradoxo efeito das variáveis de raça, classe e gênero, solicita a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negro e de mulheres do país.

Mulheres de diversas partes do mundo começam a se unir na luta pela conquista de seus direitos, iniciando um movimento determinado para enfrentar a ordem neoliberal, manifestando-se e reivindicando seus direitos perante a sociedade. Essa perspectiva impulsionou o desenvolvimento de ações regionais no contexto da América Latina e do Caribe, com a participação de mulheres negras em fóruns internacionais, onde governo e sociedade civil debatem e definem a inclusão social no terceiro milênio.

Foi produzido um documento por mulheres negras de 16 países da América Latina para o Foro de Mar Del Plata, organizado pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra com apoio do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM. O documento foi denominado “Proposta das Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas para Beijing” (Carneiro, 2003) e vários elementos importantes foram discutidos, dentre eles questões de saúde, igualdade, direito de acesso à terra, educação, política da população negra, xenofobia, fundamentalismo religiosos, tráfico sexual, violência sexual, entre outros pontos.

Atualmente, a mulher negra demonstra uma maior consciência em relação aos seus direitos e, com isso, vem conquistando espaços que, outra vez, lhe eram negados de forma muitas vezes violenta e abusiva. Ser mulher, por si só, já implica enfrentar desafios significativos em uma sociedade predominantemente machista; no entanto, ser mulher e negra implica uma luta ainda mais intensa por escapar aos padrões tradicionais. Neste momento, é imprescindível arregaçar as mangas e lutar pelo lugar que sempre foi “nosso”.

2.4. Gênero, raça e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas

O Brasil, um país com uma composição demográfica diversificada, caracteriza-se pela presença de múltiplos grupos étnico-raciais, como povos

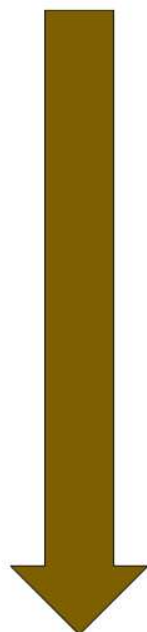
indígenas, afrodescendentes, latinos e asiáticos. Essa diversidade, no entanto, é historicamente comprovada em disparidades na posição social ocupada por diferentes segmentos da população, influenciadas por concepções econômicas, políticas e sociológicas específicas, as quais variam conforme a demografia e a composição étnica.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), com base na autodeclaração do Censo de 2022, observa-se que a maioria da população considera-se parda. De acordo com o IBGE, desde 1991, 45,3% da população brasileira se autodeclara parda, 10,2% se declara preta, 0,6% se identifica como indígena, 0,4% se declara amarela, enquanto 43,5% se declara branca.

Conforme aponta Nilma Lino Gomes (2011), diversas pesquisas indicam que a luta da população negra pela superação do racismo tem sido constante ao longo da história do Brasil. Esse processo se iniciou com os quilombos e os episódios de resistência, incluindo o assassinato de senhores durante o período da escravidão, passando pela luta abolicionista, e prosseguiu na época da República, com a formação de organizações políticas, as associações, imprensa negra etc. No período da ditadura militar, os negros lutaram em defesa da liberdade e da democracia. Essas ações coletivas atuaram ao longo da história contra o racismo estrutural.

O Movimento Negro começou a se reorganizar com maior atuação durante o período da ditadura entre as décadas de 1970 e 1980. Com a redemocratização, teve um papel importante na luta pelos direitos civis e pela construção de um Estado mais justo e inclusivo (Fig. 1).

Fig. 1: Leis que abordam os direitos dos negros e indígenas ao longo da história.



- Lei nº 1.390/51 - Lei Afonso Arinos define o racismo como qualquer ato discriminatório, preconceituoso ou ofensivo contra grupos raciais, étnicos ou religiosos.

Lei nº 4.737 - 15 de julho de 1965 - Voto dos analfabetos.

- Lei nº 7.716/89 - Lei do Racismo.

- Lei nº 10.639/03 - altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Obrigação do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira.

- Lei nº 11.645/2008 alterou a Lei nº 10.639/2003 Inclusão do ensino de História e Cultura Indígena.

Lei nº 12.711/2012 - Lei de Cotas, onde reserva no mínimo 50% das vagas em universidades e institutos federais para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas.

Fonte: dados da pesquisa.

Todo esse processo resultou em um amadurecimento e uma mudança de rumo do Movimento Negro no terceiro milênio. A partir desse momento, as suas reivindicações passam a focar outra intervenção política, a saber: a denúncia da postura de neutralidade do Estado ante a desigualdade racial, exigindo deste a adoção de políticas de ação afirmativa e a intervenção no interior do próprio Estado, mediante a inserção de ativistas e intelectuais do Movimento Negro nas administrações municipais e estaduais de caráter progressista e no próprio governo federal (Gomes, 2011). Para esta autora:

O papel indutor dessa legislação e suas formas de regulamentação como política pública aponta para a ampliação da responsabilidade do Estado diante da complexidade e das múltiplas dimensões e tensões em torno da questão racial. Nesse processo, o conjunto de direitos negados à população negra e reivindicados historicamente pelo Movimento Negro exige o dever do Estado no reconhecimento e na legitimação da questão racial nas políticas públicas das áreas da saúde, trabalho, meio ambiente, terra, juventude, gênero (Gomes, 2011).

Embora o progresso seja lento, a educação tem avançado tanto no nível básico quanto no universitário. A política de cotas para negros tem desempenhado um papel crucial, possibilitando que muitos realizem seus sonhos e troquem a situação de vulnerabilidade em que vivem. Em setembro de 2001, na África, ocorreu um debate relevante sobre o direito à educação como um pilar essencial para construção da igualdade social, segundo Gomes (2011):

Em 2004, o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004 são aprovados pelo Conselho Nacional de Educação. Ambos regulamentam e instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Em 2009, é lançado pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Plano Nacional de Implementação das referidas diretrizes curriculares.

Muito se fala sobre a educação, a maior parte da população acredita que ela vem sistematicamente da escola, porém é uma construção diária, de culturas, repetições do que e como se aprende com os mais velhos (Carine, 2023). Ainda que os avanços tenham ocorrido em termos de políticas públicas e sociais, ainda há muitos desafios a serem enfrentados, sobretudo pela educação brasileira. Gomes (2011) cita, por exemplo, o mito da democracia racial, o racismo ambíguo, a ideologia do branqueamento e a naturalização das desigualdades raciais.

(...) branquitude não é necessariamente sobre a cor da pele, mas sobre os acessos sociais que a cor da pele garante. É sobre a boa aparência para todos os empregos, é sobre ocupar todos os espaços de poder, é sobre possuir a estética da beleza e da credibilidade (Carine, 2023, p. 55).

Em pleno século XXI, as desigualdades continuam ocorrendo nos eixos da política, porém houve um pequeno avanço em relação aos direitos no decorrer de todos esses anos, pois as vozes que antes eram caladas, agora estão sendo ouvidas.

3. Material e Metodologia

O presente estudo tem como objetivo realizar uma pesquisa com professoras-cientistas, utilizando o método denominado *História de Vida*, o qual

se caracteriza pela descrição das trajetórias e experiências dos entrevistados com a utilização do referencial teórico-metodológico de Daniel Berlux, sociólogo responsável por introduzir, na França, durante a década de 1970, os estudos da Escola de Chicago. Berlux possui uma vasta produção acadêmica, cujas contribuições permanecem relevantes e amplamente utilizadas até os dias atuais, conforme ressaltam Santos e Santos (2008).

Conforme Barros e Silva (2007), um aspecto fundamental do processo é a relação entre pesquisadores e sujeitos pesquisados. O pesquisador deve exercer uma escuta atenta e empática, promovendo a ressignificação do discurso do entrevistado, sem influenciar ou direcionar suas falas. É essencial que o entrevistado tenha plena liberdade para compartilhar suas experiências. Com a elaboração de um questionário serão levantadas algumas questões, como: O que levou a seguir essa carreira, quais as dificuldades encontradas até atingirem os seus objetivos profissionais e a importância de se ter embasamento teórico-prático.

Esta pesquisa coletou informações e dados e analisou o material de maneira sistemática. Os critérios de inclusão ou exclusão das pessoas entrevistadas foram: ser mulher, docente de nível superior e negra. As identidades das entrevistadas foram preservadas.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas, gravadas em vídeo, um método de investigação que requer a prévia autorização das participantes. Cada entrevista foi analisada de forma a respeitar todos os aspectos da comunicação, incluindo sentidos, pausas e silêncios. O processo de coleta continuou até atingir o ponto de saturação, que, na pesquisa qualitativa, é o momento em que o pesquisador observa que as pessoas entrevistadas começam a repetir as informações já fornecidas por outros participantes. Ao todo foram entrevistadas seis mulheres negras que ocupam posição de destaque no meio acadêmico, o questionário preliminar está apresentado no Anexo I.

Santos e Santos (2008) citam que é importante fazer uma leitura flutuante das respostas, o que:

(...) consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. A história de vida não é uma progressão ao longo de um *continuum*, mas um vai e vem sobre a experiência anterior de um indivíduo ou de um grupo, se revela estranha a um modelo de sucessão cronológica linear.

Os dados coletados foram de natureza qualitativa, permitindo sua interpretação por meio de uma análise sistemática. O material proveniente dos discursos foi analisado em comparação com as informações obtidas nos levantamentos bibliográficos.

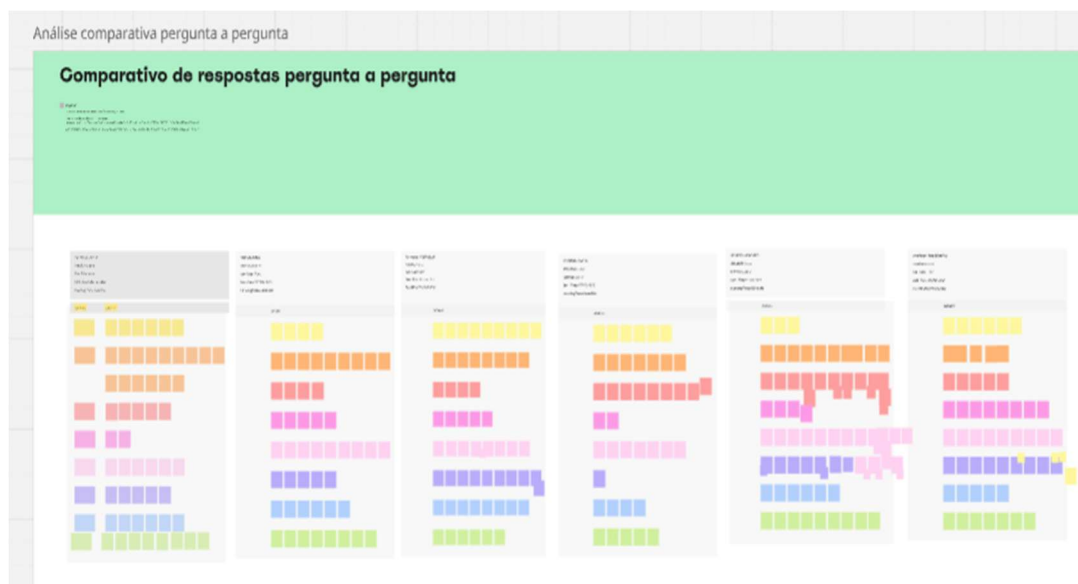
Para análise e interpretação dos resultados das entrevistas foi utilizado o método de codificação temática aberta e fechada, conforme descrito por Strauss e Corbin (2008). Na categoria “fechada” foram definidas as classes: individual, familiar, social, profissional. Dentro dessas categorias, foram definidas subcategorias de classes abertas conforme os discursos das entrevistadas. A descrição das classes fechadas foram as seguintes:

- **Individual:** refere-se às questões que o indivíduo pensa sobre si e sua subjetividade;
- **Profissional:** refere-se às questões relacionadas ao mundo do trabalho, seu fazer profissional e relação com os pares;
- **Familiar:** refere-se às questões de âmbito familiar, como apoios, conflitos, ausências e divisão de tarefas, entre outras;
- **Social:** refere-se às questões dos grupos sociais aos quais a entrevistada pertence, sobretudo gênero e raça.

Com relação ao procedimento, foram realizadas as seguintes etapas:

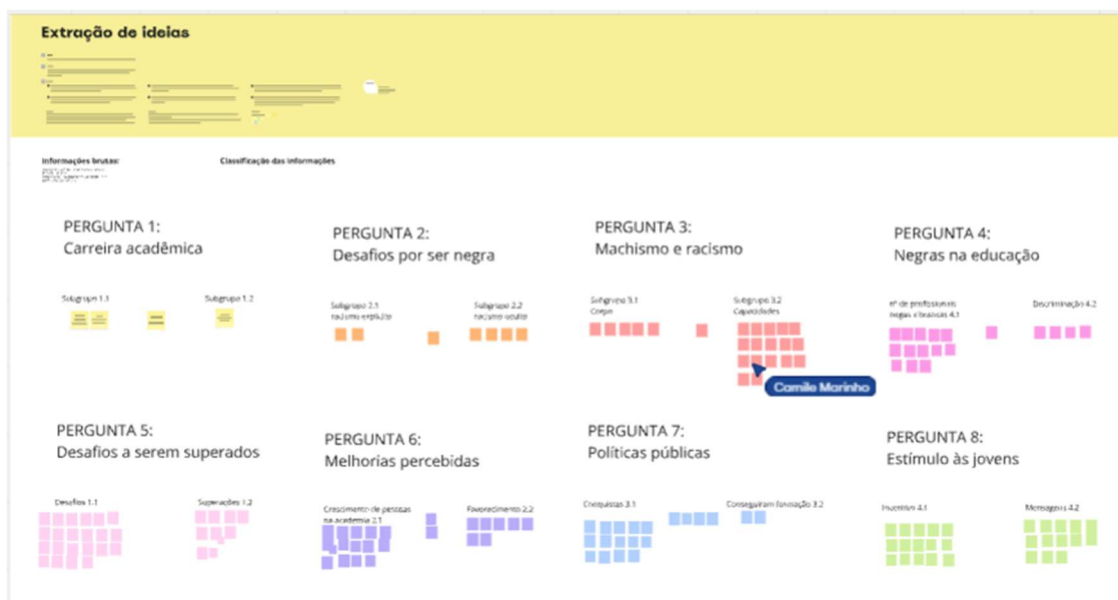
1. Agendamento e realização das entrevistas, mediante assinatura do TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. (v. Anexo II);
2. Após a realização de todas as entrevistas, as gravações foram utilizadas para análise e extração das informações das respostas por entrevistada;
3. Em seguida, veio a etapa de comparação das respostas pergunta a pergunta para verificar similaridades e diferenças (Fig. 2);
4. Na sequência, as respostas foram agrupadas dentro das categorias fechadas (individual, familiar, profissional e social) e, quando necessário, criadas subcategorias para facilitar a interpretação e comparação das respostas (Fig 3);
5. Na última etapa, foram extraídas as conclusões (Fig. 4).

Fig. 2: Quadro comparativo pergunta a pergunta



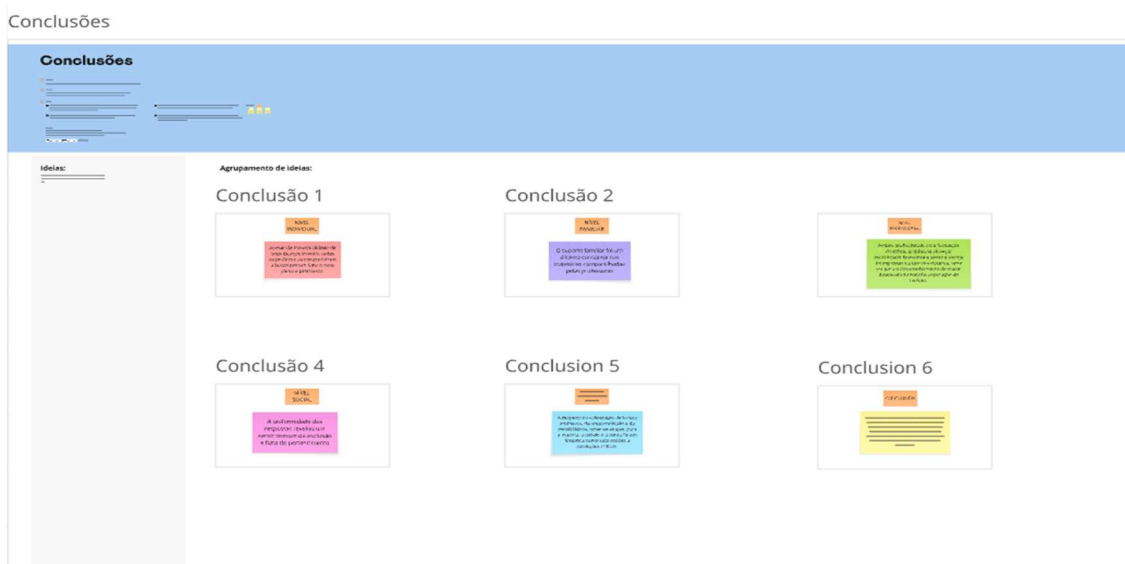
Fonte: dados da pesquisa.

Fig. 3: Quadro comparativo por categoria



Fonte: dados da pesquisa

Fig. 4: Quadro sobre as conclusões



Fonte: dados da pesquisa

Para as etapas 3, 4 e 5 foi utilizado a versão gratuita do programa Miro, facilitando a organização do fluxo de atividades e das informações da pesquisa. Sua utilização foi fundamental tanto na etapa de análise dos dados (“decupagem”) como na etapa de síntese dos resultados.

A partir da coleta de dados, fundamentada nas respostas obtidas e na análise do conteúdo, foram produzidas reflexões que poderão contribuir para compreender os desafios da carreira acadêmica para mulheres negras no Brasil, além de colaborar para pesquisas futuras.

4. Resultados e discussões

4.1. Análise dos resultados por pergunta

Na etapa de análise pergunta a pergunta, foram comparadas as respostas das entrevistas para observar pontos em comum e outros que se destacam. A pergunta 1 foi “O que a motivou a seguir a carreira acadêmica?”. As respostas foram de dois tipos: algumas procuraram deliberadamente a carreira acadêmica, outras ingressaram nela por encontrar melhores oportunidades. Em ambos os casos as entrevistadas mencionaram o apoio familiar como fundamental para suas carreiras.

Na pergunta 2 foi questionado às entrevistadas se “enfrentaram desafios em sua carreira por ser negra? Se sim, quais?”. Todas as entrevistadas informaram que sim, sendo que algumas mencionaram ter sofrido racismo explícito, outras, oculto ou velado. Como exemplo de racismo velado, uma das entrevistadas cita críticas que recebia com base não na qualidade de seu trabalho, mas de quem o executava.

A pergunta 3 foi se “ao longo da sua trajetória profissional e até chegar à sua posição atual, sofreu alguma discriminação baseada em gênero ou por sua afrodescendência?” Foram subdivididos em dois aspectos principais, o primeiro sobre o corpo e o segundo sobre suas capacidades. A resposta unânime foi sobre a erotização do corpo da mulher negra, e a maior parte das entrevistadas falaram de seu cabelo, porém outras responderam que, por ter filhos, foi questionada sobre sua capacidade de dar conta das atividades acadêmicas, foi chamada de “maluca” por sair da cidade natal, outra se sentia invisível por não ter um corpo “padrão”, não achavam que ela fosse boa o suficiente, ou seja, formas de racismo velado.

A questão 4 foi sobre “se observou discrepâncias entre o número de profissionais negras e brancas em sua trajetória profissional?”. E a conclusão foi que sim e que algumas entrevistadas citaram ser “escandaloso” e “gritante” o grande número de professoras brancas, principalmente nas universidades, onde a maioria teve somente 1 professor na graduação, mestrado. Uma das entrevistadas relatou que até mesmo no estado do Acre em que 74% da população é negra, não se tem profissionais negras e outra sofreu discriminação quando entrou no instituto de pesquisa em que atual.

Em relação à pergunta 5, “Quais os desafios sociais devem ser superados para pessoas negras serem mais valorizadas e reconhecidas na área acadêmica?”. Para as entrevistadas é preciso que a “meritocracia caia por terra”, dando lugar a valorização e formas de “produzir conhecimentos”, “é inadmissível que reitores contratem apenas pessoas parecidas com eles”, perpetuando a falta de “representatividade”. Uma das críticas apontadas pelas entrevistadas foi quanto ao “branqueamento e eurocentrismo” dos currículos e do corpo docente. Outro ponto mencionado foi sobre o tokenismo, que é o uso de indivíduos para dar uma aparência de diversidade a grupos pouco diversos. Também foi mencionado o fato de que o racismo estrutural e institucional leva à exclusão e adoecimento de pessoas.

Quanto à pergunta 6 era “se ao longo dos anos tem crescido o número de pessoas negras na área acadêmica? Se sim, quais ações políticas/ sociais favoreceram este aumento? A resposta foi unânime ao dizer que sim, “acredita

nas políticas raciais desde 2003”, “Lei 10.639/2003, Secadi - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão e Acepi - Associação Brasileira de Educação e Cultura Afro-Brasileira e Africana as “Leis afirmativas e as leis de cotas 12.711 ajudaram a aumentar a equidade no acesso e a desenvolver iniciativas de educação antirracista,, programas como “Prouni”, cotas de concursos públicos da “Lei 12.990” e combate às fraudes contra cotistas dentro das universidades federais, ajudando a população negra ao “nivelamento” ao acesso à educação superior.

Na questão 7 a pergunta foi “você foi beneficiária de alguma política pública voltada ao combate ao racismo?”. Entre as respostas, acreditam ser “necessárias” e “fundamentais” para que possam ter “direitos iguais”, mesmo que ainda pessoas “estão escolhendo os pretinhos por “tokenismo”, criação de Programas de Educação Tutorial - PET” têm sido uma boa plataforma para a promoção antirracista. Algumas professoras dizem terem sido beneficiárias já no doutorado, outras não, porque na época não existia.

E a pergunta 8 foi “o que você diria para meninas negras que estão pensando em seguir a carreira acadêmica”? Entre as respostas, estímulos a “lutar contra sentimento de que não é pertencente àquele lugar” e “precisamos de pessoas com identidade”, “ocupar um lugar que é nosso”, “lutar contra a branquitude para equalizar” e “buscar espaços de acolhimento e autoconhecimento”. Uma das entrevistadas disse ter ouvido que “ser secretária na avenida na Avenida Paulista era o máximo que achavam que eu poderia ser”, mas “fique me olhando, para te mostrar o que eu não vou conseguir”.

4.2. Síntese dos resultados com base na classificação temática

De forma individual, o elemento mais citado na fala das entrevistadas foi o racismo velado. Apesar da individualidade, todas as professoras compartilharam o desejo de buscar um futuro mais promissor, porém frases marcantes como essas ainda ocorrem: “Dentro da própria faculdade em que leciono já sofri racismo”, “você teve sorte [de ser aprovada no concurso]”. O tema é bastante discutido no livro *Racismo Estrutural* de Silvio Almeida (2019), que apresenta dados estatísticos, informando que o racismo está na estrutura social, política e econômica dentro da sociedade brasileira.

No nível familiar as professoras informaram que quando se tem um alicerce constante, suas trajetórias compartilhadas deixam o caminho mais leve. “Tive o apoio familiar, não me reprimiram”, “Meus pais eram professoras e

foram minha referência”, “Meu pai valorizava a educação, eu não precisava nem fazer tarefas em casa” foram frases que algumas entrevistadas mencionaram. Como cita Petronilha (2015, p. 7), a família é fundamental no apoio às crianças negras, ainda que não exclusivo, visto que este processo educativo “é tarefa que desafia as famílias, a comunidade negra, o Movimento Negro”.

O elemento mais comum no nível profissional citado entre as professoras foi ambicionar uma estabilidade financeira e o desejo de ingressar na carreira de docente, uma vida para o desenvolvimento pessoal, social e até a superação da timidez, porém falas como: “fui assediada sexualmente”, “uma orientadora me perguntou se estava me relacionando com meu orientador porque ele era bonito e você era bonita” também apareceram nas falas das entrevistadas. Segundo Djamila Ribeiro (2019, p. 38) o corpo da mulher negra é visto como objeto sexual desde o período colonial, esta ideia distorcida ainda faz parte da atualidade, estereótipos como esses: “fáceis” e “naturalmente sensuais” faz com que as mulheres negras sejam as maiores vítimas sexuais no Brasil.

A nível social entre as entrevistadas a uniformidade das respostas revelou um sentido comum de exclusão e falta de pertencimento, mas que através de pequenas conquistas ao longo dos anos como programas de extensão, o movimento negro, políticas afirmativas têm sido importantes. As entrevistadas citaram falas como “o racismo precisa ser combatido por meio de políticas de reparação histórica”, “é necessária a valorização de pessoas negras na área acadêmica.” Como Nilma Lino Gomes (2011, p.3) cita que a importância do Movimento Negro no Brasil e seus esforços na inclusão de questões raciais dentro das políticas educacionais já existentes, com o objetivo de que todos tenham acesso à escola, educação básica e universidades.

5. Conclusões

O estudo buscou compreender os principais desafios enfrentados por mulheres negras na carreira acadêmica no Brasil, mostrando a complexidade das barreiras que ainda existem. Ao longo da pesquisa foi possível verificar, analisar e entender que através das histórias de vida das professoras, o racismo ainda faz parte do cotidiano. A interseccionalidade entre o racismo estrutural e a educação são, na verdade, uma combinação de fatores que geram mais obstáculos a serem enfrentados.

Elementos citados pelas entrevistadas foram:

- Ampliar a educação antirracista;
- Combater as desigualdades desde a concepção, melhorando a efetivação de políticas de acesso à saúde, trabalho, renda e no acesso e permanência na educação em todos os níveis;
- Combate ao racismo institucional nas universidades;
- Favorecer a representativa das mulheres nos espaços de poder;
- Valorizar a cultura afrodescendente como alternativa ao eurocentrismo.

As falas destacam que as conquistas de políticas afirmativa são extremamente necessárias conquista de políticas afirmativas e que são extremamente necessárias, mesmo que, na época algumas professoras não tiveram este privilégio, outras conseguiram já no doutorado, significa que embora existam avanços e algumas iniciativas importantes, falta ainda a efetivação mais ativa para que vidas sejam transformadas e alcancem as mulheres negras mais jovens.

As profissionais entrevistadas sofreram o racismo explícito, outras o racismo velado, porém foram relatadas em todas as falas, sendo que a dificuldade para alcançar seus objetivos foi realmente de várias lutas travadas. O papel da família foi essencial para alcançarem sua trajetória profissional, devido a valorização dos estudos em que adquirir o conhecimento que alguns dos pais e mães não tiveram. Visto que todas sofreram preconceito, sendo racismo, machismo, sexismo.

Embora a beleza única, a ancestralidade e a sensibilidade sejam celebradas, o cabelo e o corpo da maioria foram, ao longo da história, alvo de duras críticas.

Ao analisar a história da participação feminina no mercado de trabalho, torna-se evidente a existência de desafios consideráveis para a ocupação de espaços, uma realidade que ainda demanda atenção, mesmo para estas profissionais que alcançaram sucesso profissional na Educação.

Para o contexto foram entrevistadas seis mulheres negras que alcançaram sucesso como profissionais da educação superior, pioneiras, sendo que todas elas já possuem carreiras consolidadas. Para resultados mais precisos recomenda-se ampliar mais o número de amostras, ou seja, de pessoas entrevistadas.

Políticas públicas atuais voltadas ao combate ao racismo e à promoção da igualdade racial no Brasil tem sido muito importante, porém ainda enfrentam desafios, especificamente nos últimos anos. Mesmo com a existência de leis específicas a como: a Lei nº 12.288/2010 que fala do Estatuto da Igualdade Racial, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, Programa Brasil Quilombola, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq), Programas e Ações de Formação Continuada para Educadores, Inclusão de Cotas Raciais no Ensino Superior - Lei nº 12.711/2012 e outras iniciativas ainda não há o cumprimento em algumas Universidades e escolas, principalmente quanto a formação adequada dos professores.

Tendo em vista mais estudos sobre os temas abordados nesta pesquisa como racismo, gênero, políticas públicas, carreiras, este foi o início de muitas outras investigações que não de vir para contribuir para o número de pesquisas futuras.

Como mulher negra e por ter enfrentamentos diários sobre como buscar um futuro melhor para mim e para minha família e ao mesmo tempo trabalhar, foi importante estudar e ouvir as vozes de pessoas com mais experiências e carreiras consolidadas para mostrar para mim mesmo que sou capaz e se eu sou capaz, outras também serão, mesmo com todos os desafios que a vida nos proporciona, somos mulheres negras e guerreiras.

Referências

BRASIL. **Lei nº 7.716, DE 5 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Acesso em: 03 de Abr. 2024.

BRITO, L, C. **O crime da miscigenação:** a mistura de raças no Brasil escravista e a ameaça à pureza racial nos Estados Unidos pós-abolição. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 36,n. 72, p. 107-130. Nova York, 2016.

CARINE, B. **Como ser um educador antirracista**, 4ª edição, Editora Planeta, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo:** a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CHOMSKY, Noam. **Requiem for the american dream: the 10 principles of concentration of wealth and power.** New York: Seven Stories Press, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 27, n. 1, 2011.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Educa.** Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br>. Acesso em 12 nov 2024.

MILENA, Lilian. **“Kabengele Munanga, o antropólogo que desmistificou a democracia racial no Brasil”.** Racismo Ambiental. 16 maio 2019. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2019/05/16/kabengele-munanga-o-antropologo-que-desmistificou-a-democracia-racial-no-brasil/>. Acesso em: 23 fev 2025.

MEC. **O círculo vicioso da desigualdade racial na educação do Brasil: quando a diversidade racial e étnica se transforma em desigualdade.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/orientacoes_etnicoraciais. Acesso em: 26 de Fev. 2024.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista.** Editora Schwarcz, São Paulo, 2019.

SANTOS, Inês Maria Meneses dos e SANTOS, Rosângela da Silva. **A etapa de análise no método história de vida: uma experiência de pesquisadores de enfermagem.** Texto & Contexto-Enfermagem, v. 17, p. 714-719, 2008.

SILVA, Aline Pacheco et al. **“Conte-me sua história”:** reflexões sobre o método de História de Vida. Mosaico: estudos em psicologia, v. 1, n. 1, 2007.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves **Como educar-se/educar num mundo de crescentes desigualdades?** Crítica Educativa – Revista Eletrônica de Educação - (Sorocaba/SP), v. 5, n. 1, p. 10-20, jan./jun.2019.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves et al. **Crianças negras entre a assimilação e a negritude.** Revista Eletrônica de Educação, v. 9, n. 2, p. 161-188, 2015.

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada.** Artmed, 2008.

ANEXO I: Questionário

1- O que a motivou a seguir a carreira acadêmica?

- 2- Você enfrentou desafios em sua carreira por ser negra? Se sim, quais?
- 3- Ao longo de sua trajetória profissional até chegar em sua posição atual, sofreu alguma discriminação baseada em gênero ou por sua afrodescendência?
- 4- Ao longo de sua trajetória profissional, você observou discrepâncias entre o número de profissionais negras e brancas na Educação?
- 5- Em sua opinião, quais desafios sociais devem ser superados para pessoas negras serem mais valorizadas e reconhecidas na área acadêmica?
- 6- Você acha que ao longo dos anos, tem crescido o número de pessoas negras na área acadêmica? Se sim, quais ações políticas/ sociais favoreceram este aumento?
- 7- O que você pensa sobre políticas públicas voltadas ao combate ao racismo? Você foi beneficiária de alguma destas políticas?
- 8- O que você diria para meninas negras que estão pensando em seguir carreira acadêmica?

1. Dados de identificação

Título do Projeto: Histórias de vida de professoras universitárias negras

Pesquisador Responsável: Érico Luciano Pagotto

Equipe executora: Camile da Silva Marinho

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Fatec Jacareí

Telefones / E-mails para contato: (12) 99714-8555

Nome da participante: _____

Data de nascimento: ____/____/____

Fone e/ou e-mail de contato: _____

CÓDIGO DE PARTICIPANTE: _____

A Sra. está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa que tem como tema/título “Histórias de vida de professoras universitárias negras”, de responsabilidade do pesquisador Érico Luciano Pagotto. Este estudo tem por objetivo compreender os principais desafios enfrentados por mulheres negras na carreira acadêmica no Brasil. Esperamos, com esta pesquisa refletir sobre formas para superar estes desafios.

Sua participação consistirá em conceder uma entrevista onde responderá perguntas sobre sua carreira acadêmica e desafios enfrentados. A entrevista se dará por videoconferência, utilizando uma ferramenta que não incorra em custos para a participante.

Solicitamos sua autorização para, durante a realização da entrevista, que ocorrerá por videochamada, realizar a gravação em vídeo, sendo que você pode não autorizar este registro e pode, a qualquer momento, retirar a autorização dada. Estes vídeos serão utilizados apenas nesta pesquisa e em nenhum momento sua identificação será revelada a pessoas externas. Os riscos relacionados à gravação são a queda da comunicação durante a entrevista (queda de energia ou da internet) ou ainda o hackeamento (captura não autorizada) dos arquivos. A equipe de pesquisa tomará todos os cuidados para prevenir que isto ocorra, utilizando rede de internet fechada, armazenamento dos arquivos digitais em local seguro e apagando os dados após a conclusão da pesquisa. Caso você não autorize gravar vídeo, você não poderá participar desta pesquisa.

As perguntas da pesquisa lhe serão apresentadas antes da entrevista para que você decida se deseja participar (ANEXO I). Caso decida participar, durante a entrevista a lembrança de fatos marcantes de sua história de vida pode lhe trazer algum desconforto emocional. Para minimizar, as entrevistas correrão em ambiente reservado e poderão ser interrompidas a qualquer momento, de forma temporária ou definitiva, a critério da entrevistada. Você também tem o direito de não responder

qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento.

Garantimos o sigilo e a confidencialidade das informações que você fornecer e a privacidade da participante da pesquisa. A qualquer momento, você pode se recusar a participar e se retirar da pesquisa, sem constrangimentos, penalidades ou qualquer prejuízo. As informações e materiais obtidos nesta pesquisa não serão utilizados para outras finalidades que não sejam a desta pesquisa científica.

Todos os gastos decorrentes da participação nesta pesquisa, caso ocorram, serão imediatamente e integralmente ressarcidos, incluindo gastos do participante e de quem o acompanhe. No caso de eventual dano, imediato ou tardio, decorrente desta pesquisa, você também tem direito de ser indenizado pelo pesquisador, bem como a ter assistência gratuita, integral e imediata, pelo tempo que for necessário.

Sempre que desejar, você poderá entrar em contato para obter informações sobre este projeto de pesquisa, sobre sua participação ou outros assuntos relacionados à pesquisa, com o pesquisador responsável ou equipe executora pelo telefone (12) 99714-8555 ou e-mail erico.pagotto@fatec.sp.gov.br.

Este termo está elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pela participante da pesquisa e pelo pesquisador, sendo uma das vias entregue à participante.

Eu, _____, fui informada e concordo em participar, voluntariamente, do projeto de pesquisa acima descrito.

São José dos Campos, _____ de _____ de _____

Nome e assinatura da participante

Nome e assinatura do pesquisador

Testemunha

Testemunha